

SUMÁRIO

EDITAL SISTEMATIZADO	29
 CAPÍTULO 1	
NORMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	31
1. Direito Processual Civil: conceito	31
2. As Normas Fundamentais do Direito Processual Civil	31
2.1. Os Princípios e as Regras Processuais	31
2.2. Normas Fundamentais do Processo Civil (Princípios e regras)	32
2.2.1. O Princípio do Devido Processo Legal como Princípio Nuclear	32
2.2.2. Regra Jurídica da Iniciativa da Parte e do Impulso Oficial	32
2.2.3. Impulso Oficial	33
2.2.4. Princípio do Acesso à Justiça ou Inafastabilidade do Controle Jurisdicional	33
2.2.5. Princípio da Primazia do Julgamento de Mérito	34
2.2.6. Princípio da Duração Razoável do Processo	34
2.2.7. Princípio da boa-fé processual	35
2.2.8. Princípio da Cooperação Processual	35
2.2.9. Princípio da Isonomia	36
2.2.10. Princípio da publicidade dos atos processuais	36
2.2.11. Princípio do Contraditório Dinâmico	37
2.2.12. Princípio da Fundamentação Analítica	37
2.2.13. Atendimento Preferencial da Ordem Cronológica	38
2.2.14. Princípio da Autonomia de Vontade das Partes e do Dispositivo em Sentido Processual	39
2.2.15. Princípios Regentes da Aplicação do Ordenamento Jurídico	41
2.2.16. Outros Princípios Processuais	41
3. A Norma Processual Civil	43
3.1. Definição de Lei Processual Civil	43
3.2. Interpretação da norma processual	43
4. Direito Processual Intertemporal	43
4.1. Introdução	43
4.2. Critérios	44
5. Resolução de questões	46

CAPÍTULO 2

JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO E PROCESSO	51
1. Jurisdição.....	51
1.1. Conceito, princípios, natureza e classificações da jurisdição	51
1.2. Limites da jurisdição nacional	53
1.3. Cooperação internacional	55
2. Competência	55
2.1. Definição.....	55
2.2. Regra da perpetuação da competência	55
2.3. Competência da Justiça Federal.....	57
2.4. Competência nas ações de direito pessoal e direito real sobre bem móvel.....	59
2.5. Competência para as ações fundadas em direito real sobre imóveis	61
2.6. Exceções à regra de competência das ações pessoais.....	61
2.7. Modificação Legal da Competência	63
2.8. Foro de eleição.....	65
2.9. Incompetência	66
2.10. Conflito de competência.....	67
2.11. Cooperação nacional	68
2.12. Dos atos concertados entre os juízes cooperantes.....	68
3. Ação	68
3.1. Conceito.....	68
3.2. Elementos identificadores da ação	69
3.3. Condições da Ação	70
3.4. Classificação	72
4. Processo	72
4.1. Natureza jurídica	72
4.2. Processo e Relação Jurídica Processual	72
4.3. Pressupostos processuais	73
5. Questões.....	75

CAPÍTULO 3

SUJEITOS PROCESSUAIS	83
1. Dos sujeitos do processo	83
1.1. Das partes e dos seus procuradores.....	83
1.1.1. Capacidade de ser parte.....	83
1.1.2. Capacidade da pessoa jurídica.....	84

1.1.3.	Vício por incapacidade processual ou irregularidade da representação da parte	85
1.1.4.	Deveres das partes	85
1.1.5.	Sentidos da expressão “parte”	86
1.1.6.	Legitimação extraordinária	87
1.1.7.	Alienação da coisa litigiosa	87
1.1.8.	Sucessão processual	88
1.1.9.	Dos Procuradores	88
1.2.	Responsabilidade das partes por dano processual	89
1.3.	Despesas, Honorários Advocatícios e Multas	90
1.3.1.	Despesas	90
1.3.2.	Honorários advocatícios	91
1.3.3.	Multas	95
1.3.4.	Caução real do residente no exterior	95
1.4.	Gratuidade da Justiça	95
2.	Litisconsórcio	96
2.1.	Definição	96
2.2.	Classificação do litisconsórcio	96
3.	Intervenção de terceiros	99
3.1.	Observações gerais	99
3.2.	Da Assistência	100
3.2.1.	Definição	100
3.2.2.	Modalidades de assistência	100
3.2.3.	Procedimento de ingresso do assistente	101
3.2.4.	Requerimento de assistência formulado pela União	101
3.3.	Da Denúnciação da Lide	101
3.3.1.	Definição	101
3.3.2.	A provocação da denúnciação da lide	102
3.3.3.	Cabimento da Denúnciação da Lide	103
3.4.	Do Chamamento ao Processo	104
3.4.1.	Definição	104
3.4.2.	Da admissibilidade do Chamamento ao Processo	104
3.4.3.	Da sentença de procedência	105
3.5.	Do incidente de descon sideração da personalidade jurídica	105
3.5.1.	Definição	105
3.5.2.	Descon sideração requerida na própria inicial	105

3.5.3.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente	105
3.5.4.	Admissibilidade do incidente e procedimento.....	106
3.6.	Do <i>Amicus Curiae</i>	106
3.6.1.	Definição.....	106
3.6.2.	Limitação à legitimação recursal do <i>Amicus Curiae</i>	106
4.	Do juiz e dos auxiliares da justiça	107
4.1.	Incumbências do juiz.....	107
4.2.	Proibição do <i>non liquet</i>	108
4.3.	Decisão por equidade	108
4.4.	Processo utilizado para a prática de ato simulado ou para fim vedado pela lei	108
4.5.	Responsabilidade civil do juiz.....	108
4.6.	Impedimento e Suspeição do Juiz	109
4.7.	Arguição de Impedimento ou de Suspeição.....	110
4.8.	Auxiliares da Justiça.....	112
4.8.1.	Observações gerais	112
4.8.2.	Oficial de justiça	112
4.8.3.	Escrivão ou chefe de secretaria.....	113
4.8.4.	Perito	114
4.8.5.	Conciliadores e Mediadores Judiciais.....	114
5.	Ministério Público	117
5.1.	Perfil Constitucional.....	117
5.2.	Intervenção como parte	117
5.3.	Intervenção como fiscal da ordem jurídica	118
5.4.	Poderes investigatórios	118
5.5.	Responsabilidades	118
5.6.	Impedimentos e suspeição	118
6.	Advocacia pública.....	119
6.1.	Atribuição	119
6.2.	Prerrogativas das pessoas jurídicas de direito público	119
7.	Defensoria pública	119
7.1.	Missão institucional	119
7.2.	Prerrogativa	119
8.	Questões.....	120

CAPÍTULO 4

ATOS PROCESSUAIS	137
1. Dos Fatos Processuais	137
2. Atos Processuais: parte geral.....	137
2.1. Conceito.....	137
2.2. Forma dos atos processuais	137
2.3. Segredo de justiça.....	137
2.4. Negócio jurídico processual e o calendário processual.....	138
2.4.1. Princípio do debate ou do dispositivo em sentido processual....	138
2.4.2. Negócios processuais típicos e atípicos.....	139
2.4.3. Calendário processual.....	139
2.5. Prática eletrônica de atos processuais.....	139
2.6. Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ) e Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)	139
2.6.1. Portal de Serviços do Poder Judiciário	139
2.6.2. Domicílio Judicial Eletrônico	140
3. Atos das Partes.....	141
3.1. Classificação.....	141
3.2. Produção imediata de efeitos como regra.....	142
3.3. A desistência da ação.....	142
4. Pronunciamentos do juiz	143
4.1. Os Pronunciamentos Judiciais.....	143
4.2. Das Sentenças.....	143
4.2.1. Conceito de sentença	143
4.2.2. Dos capítulos de sentença	144
4.3. Classificação das sentenças: terminativas e definitivas	144
4.3.1. Sentenças terminativas	144
4.3.2. Sentenças definitivas ou de mérito.....	145
4.4. Decisões interlocutórias.....	145
4.4.1. Definição e classificação das decisões interlocutórias.....	145
4.4.2. Decisões interlocutórias típicas e atípicas.....	146
4.5. Os despachos.....	147
4.6. Decisões Monocráticas e Acórdãos	147
4.6.1. Decisões Monocráticas e Acórdãos	147
4.7. Atos ordinatórios.....	148
4.8. Atos dos auxiliares do juízo	148

5.	Do Tempo dos Atos Processuais	148
6.	Lugar dos atos processuais	149
7.	Dos prazos processuais.....	149
7.1.	Regras gerais sobre os prazos processuais	149
7.2.	Preclusão.....	151
7.3.	Contagem diferenciada de prazos	152
7.3.1.	Litisconsortes com diversos procuradores	152
7.3.2.	Ministério Público, Defensoria Pública e a Advocacia Pública ...	152
8.	Comunicação dos atos processuais.....	152
9.	Citação.....	153
9.1.	Conceito.....	153
9.2.	Efeitos da Citação Válida	153
9.3.	Pessoalidade na citação	154
9.4.	Local para a realização da citação	154
9.5.	Modalidades citatórias	155
9.5.1.	Preferência pela citação por meio eletrônico	155
9.5.2.	Citação por oficial de justiça	156
9.5.3.	Citação por edital.....	157
10.	Das cartas.....	158
11.	Intimação.....	158
11.1.	Definição.....	158
11.2.	Intimação realizada pelo advogado.....	159
11.3.	Intimações das pessoas jurídicas de direito público.....	159
11.4.	Intimação por meio eletrônico	159
11.5.	Intimação por publicação dos atos no órgão oficial.....	159
12.	Das nulidades	160
13.	Distribuição e do registro	160
13.1.	Obrigatoriedade do registro e da distribuição.....	160
13.2.	Instrumento de procuração como exigência para demandar	161
14.	Do valor da causa	161
14.1.	Indicação do valor da causa	161
14.2.	Definição do Valor da Causa	161
14.3.	Impugnação ao valor da causa.....	162
15.	Questões.....	162

CAPÍTULO 5

TUTELA PROVISÓRIA.....	171
1. Tutelas de urgência e da evidência.....	171
2. Tutela de urgência: antecipada e cautelar	172
3. A tutela antecipada requerida de forma antecedente	172
4. Da Tutela Cautelar e Poder Geral de Cautela	173
5. Tutela Cautelar antecedente	173
6. Tutela da Evidência	174
7. Estabilização da tutela antecipada.....	175
8. Responsabilidade objetiva	176
9. Questões.....	177

CAPÍTULO 6

DA FORMAÇÃO DO PROCESSO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	183
1. Princípio da Ação ou da Inércia da Jurisdição.....	183
2. A Propositura da Ação	183
3. Efeitos da Propositura para o Réu: somente a partir da citação válida	184
4. Da Suspensão do Processo	184
4.1. Efeito da Suspensão: paralisação do processo	184
4.2. Causas de Suspensão do Processo	185
5. Extinção do Processo	189
5.1. Hipóteses de extinção sem resolução do mérito	189
5.2. Coisa julgada formal	190
5.3. Perempção.....	190
5.4. Extinção com resolução de mérito	190
6. Questões.....	191

CAPÍTULO 7

PROCEDIMENTO COMUM.....	193
1. Aspectos iniciais	193
2. Petição inicial.....	193
2.1. Requisitos.....	193
2.2. Controle da petição inicial.....	195
2.3. Vícios da Petição Inicial.....	195
2.4. Pedido	197
2.4.1. Pedido imediato e mediato	197

2.4.2.	Pedido certo	198
2.4.3.	Pedido determinado e genérico.....	198
2.4.4.	Pedido alternativo e subsidiário.....	199
2.4.5.	Cumulação de pedidos.....	199
2.4.6.	Alteração do pedido ou da causa de pedir	200
2.4.7.	Indeferimento da petição inicial.....	200
3.	Improcedência liminar do pedido.....	201
4.	Da audiência de conciliação e mediação	202
5.	Contestação	203
5.1.	Reações possíveis do réu.....	203
5.2.	Momento do oferecimento da contestação	203
5.3.	Intempestividade da contestação	204
5.4.	Princípio da concentração e da eventualidade	204
5.4.	Defesa processual – as preliminares.....	205
5.5.	Ilegitimidade do réu.....	206
5.6.	Protocolo da petição no caso de incompetência relativa ou absoluta ..	206
5.7.	Ônus da impugnação especificada	206
6.	Reconvenção.....	207
6.1.	Natureza jurídica	207
6.2.	Forma	207
6.3.	Requisitos.....	207
6.4.	Partes na reconvenção	207
6.4.1.	Parte autora	207
6.4.2.	Parte passiva	208
6.5.	Desistência da ação principal ou causa extintiva	208
6.6.	Procedimento	208
7.	Revelia.....	209
7.1.	Noção.....	209
7.2.	Efeitos da revelia	209
8.	Providências preliminares e de saneamento.....	209
9.	Julgamento conforme o estado do processo	210
10.	Audiência de instrução e julgamento	211
11.	Provas.....	211
11.1.	Conceito e disposições gerais.....	211
11.2.	Poderes instrutórios do juiz.....	212
11.3.	Princípio da comunhão das provas.....	212

11.4. Prova emprestada	212
11.5. Distribuição do ônus probatório.....	212
11.6. Fatos que independem de prova	212
11.7. Direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário.....	213
11.8. Carta precatória com efeito suspensivo	213
11.9. Incumbência da parte e do terceiro	213
11.10. Produção antecipada da prova	213
11.11. Ata notarial	214
11.12. Depoimento pessoal	214
11.13. Confissão	215
11.14. Exibição de documento ou coisa	215
11.15. Prova documental	216
11.16. Documentos eletrônicos	216
11.17. Prova testemunhal	217
11.18. Prova pericial.....	217
11.19. Inspeção judicial.....	218
12. Questões.....	218

CAPÍTULO 8

SENTENÇA, COISA JULGADA E LIQUIDAÇÃO	231
1. Sentença.....	231
1.1. Conceito.....	231
1.2. Classificações de sentença	231
1.3. Princípio da adstrição, congruência ou da correlação	232
1.4. Elementos das sentenças	233
1.5. Conteúdo mínimo da sentença.....	234
1.6. Publicação, correção e integração da sentença.....	234
1.7. Efeitos da sentença de mérito	235
2. Remessa necessária.....	235
2.1. Natureza	235
2.2. Sujeição à remessa necessária.....	235
2.3. Dispensa da remessa necessária	236
2.4. Remessa necessária no mandado de segurança.....	236
2.5. Remessa necessária na ação popular	236
3. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, não fazer e entregar coisa	237

3.1.	Tutela específica da obrigação e resultado prático equivalente.....	237
3.2.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito.....	237
4.	Coisa julgada.....	237
4.1.	Conceito.....	237
4.2.	Questão principal e questão prejudicial.....	238
4.3.	Coisa julgada formal e material.....	239
4.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	239
4.5.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	239
4.6.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	239
4.7.	Coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	240
5.	Liquidação.....	240
5.1.	Os Pronunciamentos Ilíquidos que Reconhecem a Existência de Obrigação.....	240
5.2.	Liquidação Provisória e Definitiva.....	241
5.3.	Concomitantes liquidação e cumprimento de sentença em relação ao mesmo título.....	241
5.4.	Apuração do Valor Dependente de Cálculos Aritméticos.....	241
5.5.	Fixação de Honorários na Liquidação Proposta em Face da Fazenda Pública.....	242
5.6.	Iniciativa da Liquidação.....	242
5.7.	Procedimentos para Apuração do Valor.....	242
5.7.1.	Liquidação por arbitramento.....	242
5.7.2.	Liquidação pelo procedimento comum.....	243
5.8.	Natureza do Pronunciamento que Julga da Liquidação.....	243
5.9.	Condenação em verba honorária na liquidação.....	243
5.10.	Inviabilidade das Sentenças Ilíquidas no Âmbito dos Juizados.....	243
5.11.	Liquidação Imprópria.....	243
6.	Questões.....	244

CAPÍTULO 9

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	249
1. Disposições Gerais.....	249
1.1. Princípio do dispositivo.....	249
1.2. Intimação do Devedor.....	249
1.3. Títulos executivos judiciais.....	250
1.4. Competência para a fase de cumprimento de sentença.....	251
1.5. Admissibilidade do protesto.....	251

1.6.	Alegação de questões pertinentes à validade do procedimento de cumprimento de sentença e dos atos executivos subsequentes.....	252
1.7.	Legitimados no cumprimento de sentença.....	252
2.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	253
2.1.	Cabimento do cumprimento provisório.....	253
2.2.	Regime do cumprimento provisório.....	253
2.3.	Requerimento do cumprimento de sentença	254
2.4.	Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa.....	254
2.4.1.	Execução de parcela incontroversa da sentença.....	254
2.4.2.	Processamento do cumprimento definitivo.....	254
2.4.3.	Intimação do Devedor para cumprimento da obrigação.....	255
2.4.4.	Incidência da Multa de 10% e de honorários advocatícios.....	256
2.4.5.	Outros atos executivos e expropriatórios.....	257
2.5.	Impugnação ao cumprimento de sentença	257
2.5.1.	Aplicabilidade da Impugnação	257
2.5.2.	Natureza jurídica	257
2.5.3.	Prazo para Oferecimento.....	258
2.5.4.	Dispensa da Prévia Garantia	258
2.5.5.	Matérias que podem ser alegadas na impugnação	258
2.5.6.	A Alegação de inexigibilidade diante da coisa julgada inconstitucional.....	259
2.5.7.	Efeito suspensivo.....	262
2.6.	Constituição de capital.....	263
2.6.1.	Patrimônio de afetação	264
2.7.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação em face da Fazenda Pública	264
2.7.1.	Procedimento de cumprimento diferenciado	264
2.7.2.	Requerimento de iniciação da fase de cumprimento definitivo da obrigação de pagar quantia certa	264
2.7.3.	Da Intimação do representante judicial da Fazenda Pública ...	264
2.7.4.	Do Não oferecimento da impugnação e os honorários advocatícios devidos na execução	265
2.7.5.	Impugnação ao cumprimento de sentença	265
2.7.6.	A Impugnação parcial e o cumprimento de sentença	269
2.7.7.	Efeito da impugnação	269
2.7.8.	Pronunciamento que decide a impugnação	269

2.7.9.	Da Execução da obrigação de pagar fundada em título executivo extrajudicial	270
2.8.	Precatório e obrigação de pequeno valor	270
2.8.1.	Regime de precatórios.....	270
2.8.2.	Requisições de pequeno valor.....	271
3.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de entregar coisa.....	272
3.1.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	272
3.2.	A obtenção da tutela específica ou do resultado prático equivalente...	273
3.3.	Adoção das técnicas executiva e mandamental	273
3.4.	Cumprimento de Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	273
3.5.	Incidência de Multa	274
4.	Questões.....	274

CAPÍTULO 10

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....		283
1.	Tutela jurisdicional diferenciada	283
2.	Da ação de consignação em pagamento.....	283
2.1.	Finalidade do Procedimento	283
2.2.	Interrupção da Prescrição	284
2.3.	Consignação Extrajudicial.....	284
2.4.	Legitimidade	284
2.5.	Competência Territorial	284
2.6.	Efeitos da Consignação	285
2.7.	Depósito das Prestações Sucessivas	285
2.8.	Petição Inicial: requisitos intrínsecos.....	285
2.9.	Consignação de coisa indeterminada	285
2.10.	Contestação	285
2.11.	Litisconsórcio Passivo Alternativo	287
3.	Das ações possessórias.....	287
3.1.	A Fungibilidade das Ações Possessórias	287
3.2.	Espécies de Ações Possessórias	287
3.3.	Ações Possessórias e Invasões Coletivas.....	288
3.4.	Pedidos na Ação Possessória.....	288
3.5.	Contestação	288

3.6.	Inviabilidade de Ajuizamento de Ação Petição Durante o Curso de Ação Possessória	288
3.7.	Procedimento da Ação Possessória: posse nova	289
3.8.	Exigência de Caução	289
3.9.	Posse com força nova e os requisitos da tutela possessória	289
3.10.	Contraditório Prévio e as Liminares contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público	289
3.11.	Citação do Requerido e Prazo para Resposta	290
3.12.	Posse Velha e Litígio Coletivo	290
3.13.	Ocupação Indevida de Bem Público	290
3.14.	Exercício do Direito de Retenção	290
4.	Embargos de terceiro	290
4.1.	Natureza jurídica	290
4.2.	Legitimidade Ativa	291
4.3.	Momento para o oferecimento dos embargos	291
4.4.	Competência	292
4.5.	Petição inicial	292
4.6.	Polo passivo	292
4.7.	Tutela Provisória	293
4.8.	Sentença	293
5.	Habilitação	293
5.1.	Finalidade	293
5.2.	Espécies de habilitação	293
6.	Ação monitória	294
6.1.	Finalidade da ação	294
6.2.	Distinções em relação ao CPC de 1973	294
6.2.1.	Polo passivo ocupado apenas por pessoas capazes	294
6.2.2.	Extensão do objeto da ação	294
6.2.3.	Prova oral documentada	295
6.2.4.	Ação monitória para cobrança de dinheiro	295
6.2.5.	Admissibilidade da ação monitória em face da Fazenda Pública	295
6.3.	Citação do réu	295
6.4.	Embargos à ação monitória	295
7.	Restauração de Autos	296
7.1.	Os Autos Físicos e Eletrônicos	296
7.2.	A Inutilização Autorizada de Autos	297

7.3.	O Desaparecimento dos Autos.....	297
7.4.	Procedimento de Restauração.....	297
7.4.1.	Iniciativa para a Instauração do Procedimento	297
7.4.2.	Distribuição da Ação.....	298
7.4.3.	Contraditório.....	298
7.4.4.	Momento da Perda dos Autos	298
8.	Questões.....	298

CAPÍTULO 11

PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	305
1. Regras Gerais	305
1.1. Títulos Executivos Extrajudiciais.....	305
1.2. Instrumentos Postos à Disposição do Juiz para a Efetividade da Execução.....	306
1.3. Ato Atentatório à Dignidade da Justiça.....	306
1.4. Desistência da Execução	307
1.5. Responsabilidade pelos Danos Causados ao Devedor	307
2. Das Partes	308
3. Competência	308
4. Requisitos para realizar qualquer execução	308
5. Responsabilidade Patrimonial.....	309
6. Fraude à execução.....	310
7. Das diversas espécies de execução	311
7.1. Direito de Preferência.....	311
7.2. Nulidade da execução	312
8. Da Execução para a Entrega de Coisa.....	312
9. Da Entrega de Coisa Incerta	313
10. Da Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer	313
11. Da Execução por Quantia Certa.....	314
11.1. Disposições Gerais.....	314
11.2. Despacho Inicial.....	315
11.3. Averbação acautelatória.....	315
11.4. Citação Inicial	316
11.5. Pré-penhora ou arresto no processo executivo	316
11.6. Penhora	317
11.7. Avaliação	325
11.8. Meios Expropriatórios.....	327

11.9.	Satisfação do crédito	333
11.10.	Execução contra a Fazenda Pública	334
12.	Embargos à Execução	335
12.1.	Natureza Jurídica	335
12.2.	Requisitos para a Admissibilidade dos Embargos	335
12.3.	Efeito Suspensivo	336
12.4.	Pronunciamento que decide os embargos	337
13.	Suspensão e extinção do processo de execução	337
14.	Execução fiscal	338
14.1.	Conceito de execução fiscal	338
14.2.	Execução Fiscal de Baixo Valor	339
14.3.	O cancelamento e a substituição da certidão de dívida ativa	339
14.4.	Competência para o Processamento da Execução Fiscal	340
14.5.	Legitimidade Ativa	340
14.6.	Legitimidade Passiva	340
14.6.1.	Regra Geral	340
14.6.2.	Redirecionamento da execução fiscal	341
14.7.	Procedimento da Execução Fiscal	342
14.7.1.	Petição Inicial	342
14.7.2.	Despacho inicial	343
14.7.3.	Execução Fiscal Antieconômica e Extinção	343
14.7.4.	Garantia do Juízo	344
14.7.5.	Ordem legal de penhora	345
14.7.6.	Substituição do bem penhorado	345
14.7.7.	Inexistência de Preferência entre Pessoas Jurídicas de Direito Público	346
14.8.	Embargos à Execução Fiscal	347
14.8.1.	Natureza jurídica	347
14.8.2.	Competência para julgamento	347
14.8.3.	Matéria a ser discutida	347
14.8.4.	Prazo para oferecimento dos embargos	348
14.8.5.	Exigência de prévia garantia	348
14.8.6.	Efeito Suspensivo	349
14.9.	Exceção de Pré-Executividade	349
15.	Prescrição Intercorrente	349
16.	Recurso – embargos infringentes de alçada	351
17.	Questões	352

CAPÍTULO 12

PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E RECURSOS.....	361
1. Quórum Ampliado para o Julgamento e Sustentação Oral.....	361
1.1. A exigência de quórum ampliado.....	361
1.2. Ampliação do quórum na apelação.....	362
1.3. Ampliação do quórum na ação rescisória.....	362
1.4. Ampliação do quórum no julgamento de agravo de instrumento.....	362
1.5. Atuação dos Julgadores Convocados.....	363
1.6. Sustentação Oral.....	363
2. Incidente de assunção de competência.....	364
2.1. Admissibilidade do Incidente.....	364
2.2. Iniciativa.....	364
2.3. Julgamento.....	364
2.4. Aplicação do incidente para composição de divergência.....	364
3. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	364
3.1. Formas de reconhecimento da inconstitucionalidade.....	364
3.2. Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo juiz de primeiro grau ..	365
3.3. Reconhecimento da inconstitucionalidade pelo tribunal.....	365
3.4. Legitimidade para a arguição.....	366
3.5. Cisão de competência.....	366
3.6. Vedação de submissão do incidente ao plenário ou ao órgão especial	366
3.7. Permissão de manifestação das pessoas jurídicas de Direito público...	366
3.8. Intervenção dos legitimados à propositura de ação de controle de constitucionalidade.....	367
3.9. Intervenção do <i>amicus curiae</i>	367
4. Conflito de competência.....	367
4.1. As Espécies de Conflito de Competência.....	367
4.2. Competência para o Julgamento.....	367
5. Ação rescisória.....	368
5.1. Conceito.....	368
5.2. Objeto da Ação Rescisória.....	368
5.3. A rescisão de Apenas um Capítulo da Decisão.....	370
5.4. Competência para Julgamento.....	370
5.5. Ajuizamento da Ação Perante Tribunal Incompetente.....	371
5.6. Requisitos de admissibilidade da ação rescisória.....	372
5.7. Observância do prazo decadencial.....	372
5.8. Depósito do valor correspondente a 5% do valor da causa.....	374

5.9.	Hipóteses indicadas no art. 966 CPC.....	374
5.10.	Legitimidade para a propositura da ação rescisória	375
5.11.	Polo Passivo	376
5.12.	Não impedimento à execução	376
5.13.	Indeferimento da petição inicial.....	376
5.14.	Improcedência Liminar do Pedido.....	376
5.15.	Resposta do réu	376
5.16.	Prescrição intercorrente	376
6.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	377
6.1.	Finalidade.....	377
6.2.	Abrangência	377
6.3.	Legitimação	377
6.4.	Vinculação	377
6.5.	Suspensão de todos os processos determinada pelo STF ou pelo STJ	378
7.	Reclamação.....	378
7.1.	Natureza Jurídica e Finalidade	378
7.2.	Inadmissibilidade	378
7.3.	Transcendência dos Motivos Determinantes	379
8.	Recursos: parte geral.....	379
8.1.	Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.....	379
8.2.	Princípios Recursais.....	379
8.3.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos.....	383
8.3.1.	Os requisitos intrínsecos.....	383
8.3.2.	Requisitos extrínsecos.....	386
8.4.	Efeitos dos recursos.....	389
8.5.	Do recurso adesivo	390
8.5.1.	Observações gerais	390
8.5.2.	O recurso adesivo como espécie do recurso subordinado	391
8.6.	Do recurso parcial.....	391
9.	Recursos em espécie	392
9.1.	Apelação.....	392
9.2.	Agravos (Agravio de Instrumento e Agravo Interno)	394
9.2.1.	Agravio de Instrumento	394
9.2.2.	Agravio Interno	395
9.3.	Embargos de declaração.....	396
9.4.	Embargos de Divergência	397
9.5.	Recurso Ordinário.....	397

9.6.	Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....	398
9.6.1.	Cabimento	398
9.6.2.	Concessão de efeito suspensivo.....	398
9.6.3.	Juízo de Admissibilidade.....	399
9.6.4.	Interposição conjunta do recurso extraordinário e do recurso especial	399
9.6.5.	Questão constitucional constatada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	399
9.6.6.	Ofensa reflexa à Constituição	399
9.6.7.	Efeito devolutivo no recurso extraordinário ou no especial ...	399
9.6.8.	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais	399
9.6.9.	A escolha dos recursos representativos da controvérsia	399
9.6.10.	Decisão de afetação.....	400
9.6.11.	Requerimento de destravamento – caso distinto	400
9.6.12.	Extensão da decisão proferida nos recursos afetados	400
9.6.13.	Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	400
9.6.14.	Relevância das questões de direito federal infraconstitucional	401
9.7.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	401
9.8.	Embargos de Divergência	401
9.8.1.	Cabimento	401
9.8.2.	Confronto de teses.....	402
9.8.3.	Interrupção de Prazo para o Recurso Extraordinário.....	402
10.	Questões.....	402

CAPÍTULO 13

AÇÕES CONSTITUCIONAIS E PROCESSO CIVIL

NOS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	417
1. Mandado de Segurança.....	417
1.1. Conceito.....	417
1.2. O prazo para o ajuizamento do mandado de segurança	418
1.3. Legitimidade ativa e passiva no mandado de segurança individual.....	419
1.4. A autoridade apontada como coatora.....	420
1.5. O direito líquido e certo como requisito específico de admissibilidade.....	421
1.6. Limitação à utilização do mandado de segurança	421
1.7. Competência	422
1.8. Tutela provisória.....	423
1.9. Desistência da ação	423

1.10.	Sentença e coisa julgada no mandado de segurança	424
1.11.	Cumprimento de Sentença	424
1.12.	Os recursos no mandado de segurança	424
1.13.	Mandado de Segurança Coletivo	426
1.14.	Execução Individual da Sentença Coletiva	426
1.15.	Sustentação oral em Tribunal	427
2.	Ação civil pública	427
2.1.	Interesses tutelados pela lei da Ação Civil Pública	427
2.2.	Dos entes legitimados	429
2.3.	Competência	430
2.4.	Coisa julgada	430
2.5.	Litispêndência para as ações individuais	432
2.6.	Honorários Advocatícios	432
2.7.	Inquérito civil	432
2.8.	Termo de ajustamento de conduta	432
3.	Ação popular	433
3.1.	Definição	433
3.2.	Legitimação para a propositura da ação popular	433
3.3.	Polo passivo	433
3.4.	Do Procedimento da Ação Popular	434
3.5.	Da Sentença na Ação Popular	434
3.6.	Da Coisa Julgada	434
3.7.	Remessa Necessária	435
4.	Habeas data	435
4.1.	Previsão constitucional e regulamentação procedimental	435
4.2.	Legitimidade	436
4.3.	Condições específicas para a ação	436
4.4.	Aspectos procedimentais	436
4.5.	Competência	436
5.	O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade	437
5.1.	Observações Gerais	437
5.2.	Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade	437
5.3.	Medida Cautelar	438
5.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	438
5.5.	Ações Cíveis Constitucionais	438
5.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	439
6.	Questões	439

CAPÍTULO 14

JUIZADOS ESPECIAIS.....	451
1. Princípios informadores.....	451
2. Juizados Especiais Cíveis.....	451
2.1. Competência.....	451
2.2. Das causas excluídas da competência dos juizados.....	452
2.3. Da competência territorial	453
2.4. Participação no processo	454
2.5. Da vedação da intervenção de terceiros	454
2.6. Dos conciliadores e dos juízes leigos.....	454
2.7. Da equidade	455
2.8. Da conciliação e da instrução e julgamento	455
2.9. Do recurso inominado	455
2.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	456
2.11. Recurso extraordinário.....	456
2.12. Não cabimento do recurso especial.....	456
2.13. Reclamação	456
2.14. Do não cabimento da ação rescisória.....	457
2.15. Mandado de Segurança.....	457
3. Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	458
3.1. Criação.....	458
3.2. Competência	458
3.3. Partes.....	458
3.4. Inexistência de Prazos Diferenciados.....	459
3.5. Recursos	459
3.6. Cumprimento de Sentença	460
3.7. Impossibilidade de Ação Rescisória	460
4. Juizados Especiais Federais.....	460
4.1. Competência	460
4.2. Procedimento	461
4.3. Recursos	463
5. Questões.....	465